

Valor Econômico

Investidores cobram definições antes de participar do leilão

Cláudia Schüffner Do Rio

O risco de uma nova escassez de energia em 2009, a redução da oferta de gás natural e a escalada dos custos setoriais e dos impostos que incidem sobre o setor de energia foram o principal foco das discussões do primeiro dia da sexta edição do Energy Summit, ontem no Rio. Com a proximidade do leilão de energia "nova" marcado para dezembro, os investidores em energia elétrica cobraram mais agilidade do governo nas definições sobre as regras do contrato.

O presidente da Tractebel, Mauricio Bähr, cita alguns pontos que considera cruciais para que o investidor tenha tranquilidade. Entre eles a garantia de estabilidade da receita, considerando que os empreendimentos são de longa maturação (até 30 anos), as garantias de pagamento (pelas distribuidoras), a convergência entre os índices de correção de preço e o índice de correção dos financiamentos, e a garantia de repasse de custos não administráveis, como os gerados por aumentos de impostos e problemas ambientais.

"Quem participar do leilão vai vender energia de uma usina que ainda não construiu. E podem surgir problemas até lá, tanto na área ambiental, judicial como mudanças na alíquota dos impostos. Se tenho um preço travado (fixado no leilão) é preciso um contrato que garanta o repasse dos eventos que estão fora do controle do investidor", disse o executivo da Tractebel.

Bähr também cobrou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiamentos corrigidos integralmente em moeda local. "Não é possível obter crédito em dólar ou cesta de moedas para um negócio que só vai começar a gerar receita cinco anos a partir do início da construção. Isso também é preocupante", afirmou. Outro problema apontado pelo executivo é a exigência do BNDES de obter garantias do investidor através da matriz no exterior. Ele lembra que, no caso da Tractebel, a empresa é responsável por 8% da geração de energia do Brasil, e por isso, os ativos aqui são "robustos" o suficiente para serem aceitos como garantia.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Salles, repetiu alguns números do setor nos últimos seis anos que mostram o aumento dos custos das tarifas de geração, de transmissão, e dos encargos setoriais, contrapostos com aumento de 121% do IGP-M. O próprio indicador que será usado como indexador das tarifas no novo leilão. Apesar de o governo defender o uso do IPCA (medido pelo IBGE), e estudar a criação de um índice setorial, o CBIEE defende a continuação do IGP-M.

Um estudo feito pelo economista Márcio Garcia, da PUC-Rio apresentado por Eduardo Monteiro, diretor do CBIEE e divulgado ontem, aponta a ameaça de descasamento entre receitas e despesas - com benefício para alguns e prejuízos para outros - e mostra que não há garantia que o IGP (medido pela FGV) e o IPCA tenham convergência no longo prazo, ponto que vem sendo defendido pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O estudo também ressalta o fato de 54% dos financiamentos e repasses em moeda local da Eletrobrás estarem indexados ao IGP-M. E se as receitas das companhias forem indexadas a outro índice, Monteiro apontou o risco de descasamento no caso dos passivos terem correção maior que as receitas. O estudo apresentado por Monteiro também recomenda que se abandone a criação de um índice setorial, dada "sua difícil construção sob o ponto de vista metodológico e de coleta de dados". Outro fator negativo é que depois de implementado, a imprevisibilidade desse índice setorial somente ajudaria a aumentar os custos e riscos embutidos no preço da energia.